

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 837.854 - DF
(2016/0008405-7)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : EM APURAÇÃO

DECISÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL se insurge contra a decisão que inadmitiu seu recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, III, alíneas "a", da Constituição Federal, contra acórdão do **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**.

O agravante, inconformado com o indeferimento do pedido de requisição de dados sigilosos à Receita Federal, apontou a negativa de vigência do art. 33, parágrafo único, da LOMAN e do art. 198, § 1º, II, do CTN.

Foi negado seguimento ao recurso especial (Súmula n. 7 do STJ). A parte contesta o óbice sumular e requer o provimento do pedido, para que **sejam franqueadas "ao MPF as informações requeridas junto à SRF"** (fl. 181).

O Ministério Público Federal opinou pelo **provimento** do agravo e do recurso especial.

Decido.

O agravo é tempestivo e infirmou o fundamento da decisão agravada.

Com razão o insurgente, pois não é necessário reexaminar provas para verificar se existe lastro concreto para requerer a quebra de sigilo fiscal. Incorreta, portanto, a aplicação da Súmula n. 7 do STJ.

Trata-se, na origem "de **Notícia de Fato** instaurada [...] para apurar fatos descritos no **Relatório de Inteligência Financeira – RIF n. 8956 do COAF**, que informa a realização de diversas **operações financeiras atípicas**, indiciárias de crime de **lavagem de dinheiro**, coma utilização de contas bancárias tituladas" pelas pessoas indicadas à fl. 191, dentre elas uma Juíza do Trabalho.

A Polícia Federal "**recebeu do COAF o RIF n. 8958**" e, confirmado "o exercício do cargo de Juíza do Trabalho por [...]", encaminhou a documentação correspondente a esse e. TRF da 1ª Região". O **Conselho de Atividades Financeira do Ministério da Justiça-COAF** constatou "**variadas operações financeiras atípicas, passíveis de caracterização de crime de lavagem de dinheiro**" (fl. 191) proveniente de "crimes praticados contra a Administração Pública, em específica referência ao caso que ficou conhecido como 'CAIXEGO' [...]" (fl. 192).

As operações citadas no relatório do COAF foram sujeitas a comunicação em razão de encaixarem-se em tipologias previamente estabelecidas pelo Banco Central como operações indiciárias de lavagem de dinheiro. No documento são especificadas movimentações financeiras suspeitas por parte de escritório de advocacia e seus sócios. Uma juíza do trabalho também haveria recebido "**vultosas transferências** do escritório" (fl. 192-193) e movimentado em sua conta bancária quantia considerada "**incompatível** com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira da titular" (fl. 10 e 193).

O Ministério Público assinala que houve "**divergência entre as justificativas** para a movimentação do numerário", que, em uma etapa, "declara-se ser referente a **transação imobiliária**" e, em outra, oriunda de "**ganho de causa judicial**" (fl. 195). Com base em tais circunstâncias, o órgão requereu **diligências apuratórias**, para verificar a idoneidade dos fatos, consubstanciadas, dentre outras, em **requisição à Secretaria da Receita Federal de:**

a) **informações constantes da Declaração de Operações Imobiliárias**, relacionadas especificamente à venda do imóvel realizada em maio de 2012, por escritório com CNPJ n. 01.207.512/0001-93 à empresa com CNPJ n. 02.779.429/001-54;

b) **cópia das declarações de imposto de renda** e dossiê integrado completo, relativos aos exercícios de 2012 e 2013, anos calendário de 2011 e 2012, da Juíza do Trabalho, de seu esposo e do escritório de advocacia.

Explica o *Parquet* que pretende apurar se a movimentação foi objeto de declaração ao fisco, mas seu pedido foi indeferido pela autoridade judicial, em decisão confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (fls. 150-156).

Constou do aresto que: "**a informação trazida pela Polícia Federal, [...] a respeito de que a magistrada trabalhista é esposa de [...], um dos sócios do escritório de advocacia, reclama uma atuação ainda mais cuidadosa no caso em apreço, diante da eventualidade de que recursos do marido, a título, por exemplo, de honorários, pagos pelo escritório, pudessem vir a transitar pela conta dela, o que poderia, em dadas circunstâncias, ser justificável**" (fl. 152); "**a suspeita [de crime], no momento em que se apresenta, não tem robustez fática suficiente para justificar tal medida**" (fl. 151-152).

A controvérsia cinge-se em delimitar **se relatório de inteligência do COAF, com a especificação de operações financeiras indiciárias de lavagem de dinheiro**, é suficiente para subsidiar pedido judicial de quebra de sigilo fiscal.

A requisição de informações prestadas pelos contribuintes à Administração Tributária, de fato, dependia de prévia autorização da autoridade judiciária competente. O Ministério Público Federal não poderia obter por via direta os dados sigilosos.

O Tribunal a quo, ao indeferir a providência porque não havia robustez fática para as suspeitas **decidiu a controvérsia em desacordo com a jurisprudência desta Corte Superior**, firme em assinalar:

[...]

1. O **sigilo financeiro**, que pode ser compreendido como sigilo fiscal e bancário, fundamenta-se, precipuamente, na garantia constitucional da preservação da intimidade (art. 5º, X e XII, da CF), que manifesta verdadeiro direito da personalidade, notadamente porque se traduz em direito fundamental à inviolabilidade de informações inerentes à pessoa, em suas relações com o Sistema Financeiro Nacional. Entretanto, a jurisprudência firmou a compreensão de que **não se trata de um direito absoluto, sendo possível mitigar sua proteção quando presentes circunstâncias que denotem a existência de interesse público relevante**, sempre por meio de decisão proferida por autoridade judicial competente, suficientemente fundamentada, na qual **se justifique a necessidade da medida para fins de investigação criminal** ou de instrução processual criminal, sempre lastreada em **indícios que devem ser, em tese, bastantes à configuração de suposta ocorrência de crime sujeito à ação penal pública**.

2. É cediço que o fato indiciário que autoriza um juízo de probabilidade ou verossimilhança não se identifica com mera suspeita ou com simples conjectura, sem apoio em elementos fáticos concretos. Sem embargo, a obtenção desses indícios mínimos que denotem real possibilidade da prática delituosa não pode se desatrelar das novas formas criminosas surgidas com o desenvolvimento tecnológico e o aprofundamento internacional de integração econômica.

3. Os indícios de prova, suficientes para dar lastro a um juízo de probabilidade da ocorrência do fato delituoso, devem ser colmatados com outras formas indiciárias distintas das usualmente empregadas para a criminalidade comum, geralmente precedidas de inquérito policial, de modo a possibilitar, com eficiência, a investigação e a apuração dos complexos delitos corporativos.

4. **O COAF, com feição típica de órgão de inteligência financeira, é responsável, também, pela prevenção e pela fiscalização da prática do delito de lavagem de dinheiro**, com finalidade precípua de disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na lei, sem prejuízo da competência de outros órgãos e entidades, desenvolvendo atividades com objetivos predominantemente preventivos, à semelhança dos demais países que subscreveram as convenções internacionais sobre lavagem de dinheiro.

5. Para desincumbir-se de suas funções, **fez-se necessário permitir ao COAF o acesso a dados detalhados das transações financeiras das pessoas (jurídicas e naturais)**, o que ocorreu com a aprovação da Lei Complementar n. 105/2001, que desobrigou o órgão de postular judicialmente o acesso a todos os dados fiscais e bancários, sendo dotado da prerrogativa de analisar, de modo compartilhado, informações financeiras integrais de quaisquer pessoas participantes de transações financeiras consideradas atípicas pelo Banco Central, pela CVM e por demais órgãos de fiscalização. Esse compartilhamento, com o julgamento da ADI n. 2.859/DF, foi considerado constitucional pela Suprema Corte, resguardando-se, contudo, a publicização de tais dados, inclusive para uso em eventual persecução penal, que ainda permanece sob reserva absoluta de jurisdição.

6. **A Lei Complementar n. 105/2001, ao tornar o sigilo e as inviolabilidades inoponíveis ao COAF, acabou por**

permitir que os relatórios produzidos por ele fossem lastreados em elementos de informação da mais alta relevância, confiabilidade e precisão técnica.

7. As comunicações recebidas dos setores obrigados pela Lei n. 9.613/1998, após critério de seleção de prioridades feitas pelo órgão (haja vista a expressiva quantidade de comunicações recebidas), são detalhadamente analisadas e confrontadas com informações sigilosas que são fornecidas por outras instituições. **No caso de fundados indícios da prática de ilícito penal, diz o art. 1º, § 3º, IV, que haverá "a comunicação, às autoridades competentes, da prática de ilícitos penais ou administrativos, abrangendo o fornecimento de informações sobre operações que envolvam recursos provenientes de qualquer prática criminosa".**

8. A compatibilização entre a manutenção do sigilo financeiro, somente inoponível aos órgãos administrativos de controle, e a produção de relatório baseado em dados protegidos pelo sigilo implica, *inter alia*, a conclusão de que o conhecimento integral dos dados que subsidiaram a produção do relatório (da comunicação feita à autoridade competente) depende de autorização judicial. Isso equivale a dizer que a comunicação feita à autoridade policial ou ao Ministério Público não pode transbordar o limite da garantia fundamental ao sigilo, a implicar que a obtenção e o uso, para fins de investigação criminal, dos dados que subsidiaram o relatório fornecido pelo COAF dependem de autorização judicial.

9. **É inafastável a conclusão de que o relatório produzido pelo COAF subsidia e justifica eventual pedido de quebra de sigilo bancário e fiscal, porquanto os dados que lhe subjazem são protegidos pelo sigilo, mostrando-se incongruente raciocínio que exija, para justificar a medida invasiva, outros elementos de prova, seja porque o relatório é construído com base em dados altamente confiáveis, precisos e, sobretudo, decorrentes de esforços conjuntos de inúmeras instituições de controle, seja porque a prática de crimes corporativos dificilmente é compartilhada com testemunhas ou avaliada por simples constatação de sinais exteriores de incompatibilidade patrimonial ou de outros rastros ilícitos cognoscíveis por investigação convencional precedida da instauração de inquérito policial.**

10. No cotejo das garantias constitucionais protetoras da intimidade e privacidade do indivíduo, pode-se dizer que o sigilo das comunicações telefônicas constitui uma das liberdades públicas mais importantes do indivíduo, pois representa a exigência de livre expressão do pensamento externado durante a comunicação verbal, portadora dos segredos mais íntimos da pessoa humana. A seu turno, a proteção do sigilo bancário objetiva salvaguardar informações pessoais estáticas, em regra unipessoais, referentes à movimentação de fluxos monetários, de conhecimento das instituições financeiras e de seus prepostos. Pela dicção constitucional, há uma forte proteção às comunicações telefônicas, de modo que seu fluxo somente pode ser interceptado para fins penais, o que não ocorre com o sigilo bancário, em que se permite até o compartilhamento de informações entre instituições financeiras. Nessa medida, não soa desarrazoado afirmar que os fundamentos ensejadores da violação, pelo Estado, do sigilo financeiro e do sigilo telefônico devem ser sopesados de maneira distinta, razão que reforça a possibilidade de quebra de sigilo bancário apenas com base no relatório do COAF.

11. Se é justificável a determinação de quebra de sigilo bancário e fiscal com fundamento no relatório produzido pelo COAF, também o será a decisão que determina a busca e a apreensão de documentos, baseada na análise do conteúdo apresentado pelas informações decorrentes da medida judicial mais invasiva.

12. Em razão da forte proteção constitucional e, também, por exigência legal, firmou-se na jurisprudência a compreensão de que tanto a decisão que determina quanto a que prorroga a quebra do sigilo telefônico devem ser fundamentadas, não sendo admitido que esta última se dê de forma automática. Precedentes.

13. Habeas corpus concedido apenas para determinar seja descartado dos autos todo o material obtido a partir da primeira prorrogação automática, mantendo-se incólumes, contudo, aqueles elementos que derivaram dos primeiros quinze dias do primeiro período, ficando a cargo do Juízo a quo levar a efeito essa distinção, bem como reconhecer eventual consequência dela decorrente, preservadas, também, todas as provas decorrentes da busca e apreensão e da quebra de sigilo fiscal e bancário.

(HC 349.945/PE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, Rel. p/ Acórdão Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA

TURMA, julgado em 06/12/2016, DJe 02/02/2017)

Consoante se depreende do aresto transcrito, é **justificável o afastamento do sigilo fiscal com lastro em relatório produzido pelo COAF**, construído com base em dados altamente confiáveis, precisos e, sobretudo, decorrentes de esforços conjuntos de inúmeras instituições de controle, sobretudo quando:

- a) o Ministério Público tentou averiguar as movimentações financeiras por meio menos lesivo, mas obteve explicações divergentes dos envolvidos (ora justificadas como venda de imóvel do escritório de advocacia, ora como ganho de causa em favor da juíza) e
- b) a medida excepcional é necessária para o cruzamento de dados e a identificação da origem dos recursos.

A bem da verdade, o art. 33, parágrafo único, da LOMAN, não foi violado pela instância ordinária. Constatado indício de prática de crime por parte de autoridade com prerrogativa de foro perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o pedido de quebra de sigilo fiscal foi encaminhado à autoridade competente para supervisionar a investigação.

No entanto, **houve a negativa de vigência do art. 198, § 1º, I, do CTN**, uma vez que sem a requisição do judiciário é vedada a divulgação, por parte da Receita Federal, das informações requeridas pelo MPF e, no caso, a providência foi indeferida sem motivação idônea e é necessária para verificar a idoneidade dos fatos suspeitos.

À vista do exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "c", parte final, do RISTJ, **conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial e deferir a requisição, junto à Secretaria da Receita Federal:** a) das informações constantes do DOI - Declaração sobre Operações Imobiliárias, relacionadas à venda de imóvel realizada em maio de 2012, pelo escritório de advocacia especificado pelo MPF e de b) cópia das declarações de imposto de renda e dossiê integrado completo, relativo aos anos calendário de 2011 e 2012, das pessoas nominadas à fl. 49.

O Tribunal *a quo* deverá adotar as providências necessárias à

requisição.

Publique-se e intemem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ

Relator

